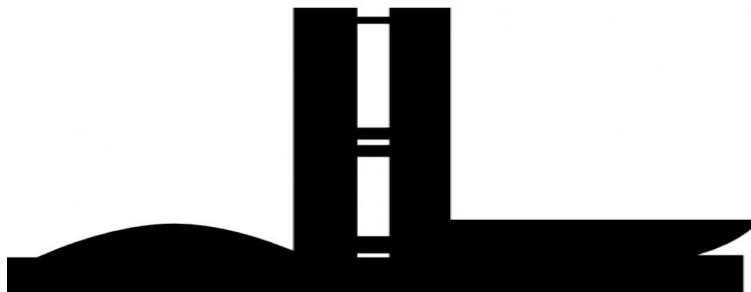


Acompanhamento Legislativo

6ª Câmara de Coordenação e Revisão
Populações indígenas e comunidades tradicionais



Ministério Público Federal
(Última atualização: 12.4.2018)

Objetivo:

O escopo da presente tabela é otimizar as informações relativas ao acompanhamento legislativo dos projetos de interesse da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

Com o propósito de tornar a disponibilização da informação mais efetiva, serão apresentadas duas maneiras de pesquisa: uma mais geral, por temas; outra mais específica, levando em consideração as peculiaridades dos assuntos tidos como mais importantes para fins de acompanhamento por esta unidade.



Links Úteis:

- [Regimento Comum do Congresso Nacional](#)
- [Regimento Interno do Senado](#)
- [Regimento Interno da Câmara dos Deputados](#)

Obs: **Parada** – Proposição sem andamento há mais de um ano

Temas Gerais:

- 1) [PECs](#)
- 2) [RENCA](#)
- 3) [MATÉRIAS INDÍGENAS - GERAL](#)
- 4) [TERRAS INDÍGENAS](#)
- 5) [MATÉRIAS QUILOMBOLAS – GERAL](#)
- 6) [TERRAS QUILOMBOLAS](#)
- 7) [PESCADOR ARTESANAL](#)
- 8) [PDCs INDÍGENAS](#)
- 9) [PDCs QUILOMBOLAS](#)
- 10) [OUTROS PDCs](#)
- 11) [RESERVAS EXTRATIVISTAS](#)
- 12) [AÇÕES AFIRMATIVAS E PROTETIVAS](#)
- 13) [MEIO AMBIENTE](#)
- 14) [TERRENOS DE MARINHA](#)
- 15) [PATRIMÔNIO GENÉTICO](#)
- 16) [QUESTÕES PROCESSUAIS](#)
- 17) [ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS](#)
- 18) [ESTATUTO DO CIGANO](#)

MPF
Ministério Público Federal

Temas Específicos:

Demarcação de terras indígenas	PEC 215/2000 PL 490/2007 PLS 417/2011 PDC 1346/2008
Indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas	PEC 71/2011 PEC 132/2015 PEC 12/2016
Recursos hídricos em TIs	PEC 76/2011 PDC 2540/2006 PDC 118/2015 PDC 119/2015 PDC 120/2015
Energia elétrica em TIs	PLS 229/2016 PL 7813/2017
Cassinos em TIs	PL 9192/2017
Parceria agrícola entre FUNAI e terceiros/atividades agrícolas e florestais em TIs	PEC 343/2017 PL 2205/2015
Exploração de mineração em TIs	PL 1610/1996
Licenciamento ambiental de TIs	PDC 1300/2013 PDC 1465/2014
RENCA	PDC 744/2017 PDC 770/2017 PDS 180/2017
Educação e Cultura – Indígena e Quilombola	PL 1518/2011 PL 4333/2016 INC 3900/2017 PLS 9/2008
Crianças indígenas	PL 1057/2007 PLS 119/2015
Saúde indígena	PFC 126/2017
Fundos de Participação/Patrimoniais	PLP 351/2002 PLP 323/2016 PLP 52/2007 PLS 375/2017 PLS 633/2007 PLP 141/2007 PLP 424/2017 PLS 160/2017

MPF

Ministério Público Federal

ITR	PL 2853/2008 (quilombola) PL 5674/2016 (ambiental)
Terras quilombolas - propriedade	PL 1836/2011
Órgãos/políticas quilombolas/raciais	PL 113/2008 PLP 00221/2016
Pescador artesanal	PL 4414/2016 PL 4673/2016 PL 6884/2010
Crimes – preconceito e discriminação	PEC 203/2016 PLS 238/2017
Órgãos/políticas indigenistas	PL 0371/2008 PLS 173/2011 PL 3501/2015 PLS 169/2016 PLS 188/2016 PDC 2393/2010
Saúde quilombola	INC 2249/2016
Terreno de marinha	INC 2367/2016
Patrimônio Genético	PL 2644/2015
Questões processuais	PL 8045/2010 PL 7594/2017 PLS 270/2016
Proposições relativas a indígenas	PL 38/2016 PL 1292/1995
Comunidades tradicionais	PLS 238/2017
Vacinação – grupos	PL 5316/2016
Revogação/anulação – Terra indígenas e quilombolas	INC 2322/2016 (TI Mato Castelhana) PDC 348/2016 (TI Piaçaguera) PDC 388/2016 (TI Mato Castelhana) PDC 419/2016 (TI Taego Awa) PDC 635/2017 (TI Apyterewa) PDC 636/2017 (TI Kayabi) PDC 796/2017 (TI Tapeba) PDC 1260/2013 (TI Passo Grande do Rio Forquilha) PDC 1261/2013 (TI Rio dos Índios) PDC 381/1999 (TIs em São Jerônimo da Serra) PDC 712/2015 (TI Mato Preto) PDC 2227/2009 (Com. Quilombola Rincão dos Martimianos) PDC 2228/2009 (Com. Quilombola São Miguel) PDC 240/2015 (Com. Quilombola Mormaça) PDC 355/2016 (Com. Quilombola Monge Belo) PDC 360/2016 (Com. Quilombola Gurupá) PDC 366/2016 (Com. Quilombola Macambira) PDC 382/2016 (Com. Quilombola Caraibas)
Datas e Homenagens	PL 5551/2016 PRS 36/2016
Integração social – comunidades indígenas e quilombolas	PDC 713/2017 PDC 717/2017
Reserva extrativista	PLS 206/2007



Agricultura familiar	PLS 331/2017
Meio ambiente	PLS 165/2016 (Termo de Compromisso de Cessação – dano ambiental) PL 5450/2016 (FUNALTER – Alter do Chão) PL 6905/2010 e PLC 52/2017 (Monumento Natural do Rio Samburá) PL 147/2010 , PL 1448/2007 , PLC 148/2010 (Parque Nacional da Serra da Canastra) PL 2334/2015 (babaçu) PL 1562/2015 e PL 74/2017 (sítios naturais públicos) PL 159/2017 (Política Nacional do Meio Ambiente) PLS 160/2017 PLP 52/2017 , PLP 424/2017 (fundos patrimoniais) PL 3226/2008 (municípios que possuem parte em parques nacionais ou em TIs)
Estatuto dos Povos Indígenas	PL 2057/1991 PL 2160/1991 PL 2619/1992 PLS 169/2016
Estatuto do Cigano	PLS 248/2015



1) PECs

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>PEC 215/2000 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Almir Sá Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Clique aqui.	<u>PEC 156/2003</u> Clique aqui Preserva os direitos do pequeno produtor rural que ocupe terras indígenas e que detenha títulos havidos e benfeitorias erigidas. <u>PEC 257/2004</u> Clique aqui Dá nova redação ao § 1º art. 231 da Constituição Federal, devendo a demarcação de terras indígenas ser submetida a audiência das Assembleias Legislativas dos Estados em cujos territórios incidam. <u>PEC 37/2007</u> Clique aqui Dá nova redação ao art. 231, caput, da Constituição Federal, submetendo ao Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas. <u>PEC 117/2007</u> Clique aqui Estabelece a competência da União para demarcar as terras indígenas através de lei. <u>PEC 161/2007</u> Clique aqui Estabelece que a criação de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei. <u>PEC 411/2009</u> Clique aqui Estabelece a competência do Executivo para iniciativa de lei sobre demarcação de terras indígenas.	Justificação – Inteiro teor 21/03/2012 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Luiz Couto e Anthony Garotinho, apresentou voto em separado o Deputado Sarney Filho. 11/12/2013 - Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 215-A, de 2000 27/10/2015 – Aprovado o Parecer na Comissão Especial com Complementação de Voto 3/11/2015 - Foi encaminhado à publicação o Parecer da Comissão Especial. Inteiro teor. Está sob a análise do Plenário (de requerimento) Audiência Pública (dia 26/11/2015) – Auditório JK - organizada pela 6ª CCR

	<u>PEC 415/2009</u> Clique aqui Autoriza a permuta de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios por outras áreas de idêntico tamanho, desde que as terras estejam em processo de demarcação litigiosa, não possuam ocupação regular de índios e haja solicitação das comunidades silvícolas envolvidas. <u>PEC 275/2004</u> Clique aqui Dá nova redação aos arts. 49, XVI e 231, caput, da Constituição Federal, submetendo ao Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas. <u>PEC 579/2002</u> Clique aqui Dispõe que a demarcação das terras indígenas deverá ser submetida à aprovação do Congresso Nacional. <u>PEC 319/2004</u> Clique aqui Dá nova redação ao art. 231 da Constituição Federal, submetendo a demarcação de terras indígenas à aprovação do Congresso Nacional. <u>PEC 291/2008</u> Clique aqui Determina que as unidades de conservação da natureza sejam criadas por lei federal.	
<u>PEC 71/2011 – Senado</u> Autor: Paulo Baer e Outros Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. <u>Aprovada pelo Plenário. Remetida à Câmara</u>	<u>PEC 409/2001</u> Clique aqui Preserva os direitos do pequeno produtor rural que ocupe terras indígenas e que detenha títulos havidos e benfeitorias erigidas em boa fé, através de competente registro. <u>PEC 282/2008</u> Clique aqui Estabelece o limite de até 15 (quinze) módulos fiscais a área indenizável de propriedade rural em terra indígena.	Justificação – Inteiro teor PEC 71/2011 - Aprovada no Senado. Remetida à Câmara (em 15/9/2015). Aprovada a matéria, em segundo turno, com o seguinte resultado: Sim 58, Presidente 1, Total 59. 8/9/15 - Parecer PEC 132/2015

Clique aqui PEC 132/2015 – Câmara dos Deputados Clique aqui	PEC 161/2003 Clique aqui Garante ao colono, que possuir terras em áreas decretadas como de posse permanente dos índios, o direito de receber indenização no valor total do bem desapropriado.	Em 12/5/2016 – Aprovado o parecer na CCJ. Inteiro teor. Parada (desde 12/5/2016 na Coordenação de Comissões Permanentes)
PEC 76/2011 – Senado Autor: Blairo Maggi Altera os arts. 176 e 231 da Constituição Federal, para assegurar aos índios participação nos resultados do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. Clique aqui		Justificação – Inteiro teor 21/10/2015 – Parecer da CCJ. Inteiro teor. Pronto para deliberação do Plenário desde 22/10/2015. Parada (desde 22/10/2015 na Secretaria Legislativa do Senado Federal)
PEC 12/2016 - Senado Autor: Paulo Paim e Outros Possibilita a indenização dos detentores de títulos de domínio regularmente expedidos pelo Poder Público incidentes sobre terras indígenas e de remanescentes de quilombos. Clique aqui	MPF Ministério Público Federal	Justificação – Inteiro teor Atualmente está na CCJ
PEC 343/2017 – Câmara dos Deputados Autor: Celso Padovani Dá nova redação ao artigo 231 da Constituição Federal para tratar da implantação de parceria agrícola e pecuária entre a Funai - Fundação Nacional do Índio, e terceiros.	PEC 187/2016 Clique aqui Acrescenta o §8º ao art. 231 da Constituição Federal de 1988, a fim de permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras, bem como, comercializar aquilo que foi produzido e gerenciar sua renda.	PEC 187 – Justificação. Inteiro teor. Justificação – PEC 343 – Inteiro teor Atualmente está na CCJ 28/11/2017 - Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS), pela admissibilidade desta, e da PEC 343/2017, apensada.

Clique aqui		
<u>PEC 203/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autora: Tia Eron Dá nova redação ao § 1º do art. 144 da Constituição Federal, para atribuir à Polícia Federal a apuração dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, definidos na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 Clique aqui		Justificação – Inteiro teor Atualmente está sendo discutida na CCJ.
<u>PEC 33/2016 - Senado</u> Autor: Paulo Paim e outros Altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para dispor sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Clique aqui		3/10/2017 - Relatório Legislativo. Inteiro teor Atualmente está sendo discutida na CCJ.

2) RENCA

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
PDC 744/2017 – Câmara dos Deputados Autor: José Guimarães Susta, nos termos do art 49, V, da Constituição Federal, a vigência do Decreto n. 9.142, de 22 de agosto de 2017, do Presidente da República, que "Extingue a Reserva Nacional do Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá". Clique aqui	PDC 749/2017 Clique aqui Susta os efeitos do Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, que revoga o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca (...) PDC 748/2017 Clique aqui Susta os efeitos do Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, constituída pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, localizada nos Estados do Pará e do Amapá. PDC 750/2017 Clique aqui Susta os efeitos do Decreto nº 9.147 de 28 de agosto de 2017, que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados. PDC 751/2017 Clique aqui Revoga o Decreto nº 9.147, de 28 de agosto 2017. PDC 752/2017 Clique aqui Susta a aplicação do Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, que Revoga o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca e extingue a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca para regulamentar a exploração mineral apenas na área onde não haja sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira. PDC 754/2017 Clique aqui Susta os efeitos do Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017.	31/10/2017 - Parecer – Aprovado por unanimidade pela CINDRA. Inteiro teor Atualmente encontra-se na Coordenação de Comissões Permanentes PJe- ACP 1000584-04.2017.4.01.3100 - Seção Judiciária do Estado do Amapá - ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em desfavor da União e da Agência Nacional de Mineração - ANM, objetivando provimento judicial que determine a “suspensão dos efeitos o Decreto nº 9.142, de 22/8/2017 para sustar a extinção da Reserva Nacional do Cobre e seus Associados”. Link Concedida liminar (4/9/2017) (NOTÍCIAS CÂMARA) 3/11/2017 - Comissão rejeita proposta que suspende decreto sobre reserva na Amazônia Clique aqui A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo

	PDC 755/2017 Clique aqui Susta, nos termos do art 49, V, da Constituição Federal, o Decreto n. 9.147, de 28 de agosto de 2017, do Presidente da República. PDC 756/2017 Clique aqui Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição, a aplicação do Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017. PDC 757/2017 Clique aqui Susta os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017. PDC 769/2017 Clique aqui Susta os efeitos do Decreto Nº 9.147, De 28 de agosto de 2017 da Presidência da República, que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados - RENCA. PDC 779/2017 Clique aqui Susta os efeitos do Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, que extingue a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (RENCA), localizada no Estado do Rio Grande do Sul. PDC 753/2017 Clique aqui Susta os Decretos nº 9.142 de 22 de agosto de 2017 e 9.147, de 28 de agosto de 2017 PDC 759/2017 Clique aqui Suspende os efeitos dos Decretos 9142/2017, que Extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados. PDC 762/2017 Clique aqui Susta os efeitos do Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, que	(PDC 744/17), do deputado José Guimarães (PT-CE), que suspende o decreto (9.142/17) do Executivo que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca).
--	---	---

	Revoga o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017	
<u>PDC 770/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Zé Geraldo - PT/PA Susta os efeitos da Portaria nº 128, de 30 de março de 2017, do Ministério de Estado de Minas e Energia, que pretende viabilizar a extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados – RENCA. Clique aqui		Justificação – Inteiro teor Parecer. Inteiro teor. 30/11/2017 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Sujeito a arquivamento, nos termos do § 4º do art. 164 do RICD. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 2º do art. 164 do RICD (5 sessões a partir de 01/12/2017) 12/12/2017 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Encerramento automático do Prazo de Recurso 12/12/2017 15:22:00. Não foram apresentados recursos. Arquivado nos termos do § 4º do art. 164 do RICD (prejudicado).
<u>PDS 180/2017 – Senado</u> Autor: Sen Roberto Requião e outros Dispõe sobre a convocação de referendo revogatório (i) do processo de privatização da empresa CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS, da Casa da Moeda do Brasil das empresas subsidiárias da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS; e (ii) do Decreto 9.147, de 28 de agosto de 2017, que “extingue a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados – Renca”		Justificação – Inteiro teor. Atualmente encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

[Clique aqui](#)



3) MATÉRIAS INDÍGENAS - GERAL

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
PL 0371/2008 – Câmara dos Deputados CNPI Autor: Poder Executivo Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI, e dá outras providências. Clique aqui		Justificação – Inteiro teor 05/11/2008 – Aprovada na CCJ por unanimidade 29/04/2009 – Aprovado por unanimidade na CTASP 5/11/2014 – Parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) Atualmente está na CFT (Comissão de Finanças e Tributação) 19/5/2016 – Parecer do relator, Dep. Edmilson Rodrigues, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.571/2008 e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Inteiro teor 25/10/2017 - Foi encaminhado pela CFT ao Ministério da Fazenda (solicitação de impacto financeiro e orçamentário).

<u>PLS 173/2011 – Senado</u> SNI Autor: Sen Vicentinho Alves Autoriza o Poder Executivo a criar, na estrutura da Presidência da República a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas; estabelece que a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas absorverá as finalidades e as competências atualmente atribuídas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e à Secretaria Especial de Saúde Indígena, bem como os recursos humanos e materiais a elas vinculados; determina que as despesas decorrentes da execução desta Lei corram à conta de dotações constantes do Orçamento da União. Clique aqui		Justificação – Inteiro teor Relatório legislativo – Inteiro teor Atualmente encontra-se na CCJ.
<u>PLS 9/2008 - Senado</u> Autor: Sen Cristóvão Buarque Institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências. Clique aqui		Justificação – Inteiro teor 27/5/2015 – Relator: Sen Telmário Mota 27/5/2015 – Audiência Pública Parada (desde 27 /5/2015 na CCJ)
<u>PL 1518/2011 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Janete Rocha Dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados a educação indígena e quilombola. Clique aqui		Justificação – Inteiro teor 21/11/2012 – Aprovado o parecer por unanimidade na Comissão de Educação e de Cultura (CEC) 1/9/2017 - Encaminhado à publicação o parecer da CFT. Inteiro teor.

<u>PL 1057/2007 – Câmara dos Deputados</u> INFANTICÍDIO Autor: Henrique Afonso Dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais. Clique aqui <u>PLS 119/2015 - Senado</u> Altera o Estatuto do Índio para estabelecer o dever da União, dos Estados e dos municípios e das autoridades responsáveis pela política indigenista de assegurar a dignidade da pessoa humana e os procedimentos com vistas a garantir o direito à vida, à saúde e à integridade física e psíquica das crianças, dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos indígenas, com prevalência sobre o respeito e o fomento às práticas tradicionais indígenas. Clique aqui.		<u>PL 1057/2007</u> Justificação – Inteiro teor 01/06/2011 - Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) - Aprovado por unanimidade o Parecer, com alteração no substitutivo. 02/07/2013 – Aprovado o parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) 26/08/2015 - Parecer às Emendas de Plenário, proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Marcos Rogério (PDT-RO), pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs 1 e 2 de 2015, na forma da Subemenda Substitutiva Global de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 1.057 de 2007. Inteiro teor. <u>PL 119/2015</u> - atualmente encontra-se na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
<u>PLS 169/2016 – Senado</u> Autor: Sen Telmário Mota Dispõe sobre o Estatuto dos Povos Indígenas. Regula a situação jurídica dos índios, de seus povos e de suas		Justificação: Inteiro teor Atualmente está na CCJ – Rel: Randolfe Rodrigues

comunidades, com o propósito de proteger e fazer respeitar sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e todos os seus bens. Estatuto dos Povos Indígenas. Clique aqui		
<u>PRS 38/2016 – Senado</u> Autor: Sen. Telmário Mota Acrescenta o Capítulo V ao Título IX do Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer disposições especiais aplicáveis às proposições pertinentes a direitos de povos indígenas. Clique aqui.		Justificação – Inteiro teor Parada (desde 15/6/2016 - CCJ)
<u>PL 4333/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autora: Laura Carneiro Acrescenta incisos ao art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, o apoio às culturas indígenas, afro-brasileiras e de minorias e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, priorizando as tradicionais de origem local, raízes da cultura brasileira. Clique aqui		Justificação – Inteiro teor 31/05/2017 – Aprovado o parecer na Comissão de Direitos Humanos e Minorias 31/10/2017 – Aprovado por Unanimidade o Parecer, com Substitutivo na Comissão de Cultura (CCULT) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária Atualmente está na CCJ.

<u>PLP 351/2002 – Câmara dos Deputados</u> Autora: Marina Silva Cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, para as unidades da Federação que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas. Clique aqui	<u>PLP 7/1999</u> Clique aqui Cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, para as Unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. <u>PLP 50/1999</u> Clique aqui Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, estabelecendo novos critérios de rateio do FPE. <u>PLP 319/2002</u> Clique aqui Estabelece a reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. <u>PLP 435/2008</u> Clique aqui Cria reservas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE destinadas às Unidades da Federação na Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas ou que reduzirem o desmatamento. <u>PLP 112/2011</u> Clique aqui Cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE para as Unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. <u>PLP 60/2015</u> Clique aqui Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de Dezembro de 1989. <u>PLP 158/2015</u> Clique aqui Institui reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE para as Unidades da Federação que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas.	Justificação – Inteiro teor. 04/04/2006 – Aprovado o parecer por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Atualmente encontra-se na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA).
--	---	---

	PLP 392/2017 Clique aqui Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, para fixar critérios de distribuição de recursos do FPE relacionados ao envolvimento da unidade da Federação com políticas de proteção ao meio ambiente. PLP 392/2017 Clique aqui Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, para fixar critérios de distribuição de recursos do FPE relacionados ao envolvimento da unidade da Federação com políticas de proteção ao meio ambiente.	
<u>PLS 188/2016 – Senado</u> Autor: Telmário Mota Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
<u>PL 5316/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Delegado Waldir Define os grupos prioritários que necessitam de atendimento especial na vacinação – Povos Indígenas Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

<u>PRS 36/2016 – Senado</u> Autor: Telmário Mota Altera a Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências, para incluir, entre as pessoas agraciadas, pelo menos 1 (uma) que tenha atuação na causa indigenista. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 31/10/2017 - CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte -APROVADO PARECER NA COMISSÃO Atualmente está na CDIR - Comissão Diretora
<u>PLS 229/2016 – Senado</u> Autor: Telmário Mota Dispõe sobre a consulta prévia às comunidades indígenas para fins de outorga para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir das fontes solar e eólica e de transmissão de energia elétrica em terras indígenas. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 5/10/2016 na CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)
<u>PLS 270/2016 – Senado</u> Autor: Telmário Mota Altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para regulamentar a situação jurídica processual penal de investigados e acusados indígenas. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 14/07/2016 na CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

<u>PL 3501/2015 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Poder Executivo Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Instituto Nacional de Saúde Indígena. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 10/08/2016 na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público)
<u>PL 8045/2010 - Câmara dos Deputados</u> Autor: José Sarney Revoga o Decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os Decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965; 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006. Clique aqui	<u>PL 6119/2016</u> Clique aqui Dispõe sobre tratamento dispensado a indígena envolvido em infração penal. 	Justificação. Inteiro teor. 25/02/2016 – Criada Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010. 13/10/2017 Atualmente está na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
<u>PLS 633/2007 - Senado</u> Autor: Romero Jucá Altera a Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, para estender ao exercício de 2008 os coeficientes atribuídos em 2007. Clique aqui	<u>PLP 323/2016</u> Clique aqui Dispõe sobre a criação da reserva de recursos do FPM para os Municípios que abriguem unidades de conservação da natureza de proteção integral e terras indígenas demarcadas.	PLS 633/2007 - Aprovada pelo Senado e remetido à Câmara PLP 141/2007 Justificação. Inteiro teor. 12/12/2007 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - Aprovado o Parecer com a abstenção dos Deputados Fernando

<u>PLP 141/2007 – Câmara dos Deputados</u> Clique aqui		Coruja, Pedro Eugênio e Marcelo Almeida 07/05/2008 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto, apresentaram votos em separado os Deputados Vilson Covatti e Regis de Oliveira. Encontra-se atualmente na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA).
<u>PFC 126/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Léo de Brito Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle sobre o desvio de verbas federais da saúde indígena do Estado do Acre, deflagrada na Operação Abaçai. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)
<u>INC 3900/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Professor Victório Galli Sugere ao Ministro da Educação , seja elaborado um Plano Nacional de Políticas Públicas, através de Projeto de Lei do Executivo para dispor sobre o Transporte Público Elétrico para atender alunos das zonas rurais e reservas indígenas. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 999/2017, o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

<u>PLS 375/2017 – Senado</u> Autor: Acir Gurgacz Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para instituir reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE destinada aos Estados da Amazônia Legal que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 07/11/2017 - CMA - Comissão de Meio Ambiente - APROVADO PARECER NA COMISSÃO Atualmente está na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos
<u>PL 2395/2015 –Câmara dos Deputados</u> Autor: Vicentinho Junior Modifica a Lei no 6.001/73, que "dispõe sobre o Estatuto do Índio", para acrescentar o inciso IV ao art. 39, alterar o art. 42, caput, acrescentar o §2º ao art. 42 e revogar o art. 43, a fim de permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras, bem como, comercializar aquilo que foi produzido e gerenciar a renda obtida. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 03/08/2015 na Comissão de Direitos Humanos e Minorias)

PL 4902/2016 – Câmara dos Deputados Autora: Júlia Marinho - PSC/PA Determina a atualização monetária das transferências do Programa Nacional de Alimentação Escolar e amplia o percentual mínimo dos recursos a serem utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor rural. Clique aqui	PL 8660/2017 Clique aqui Aumenta o limite dos recursos financeiros utilizados na alimentação escolar com gênero alimentícios oriundos da agricultura familiar, comunidades de quilombo e de grupos indígenas (Mais Agricultura)	Justificação. Inteiro teor. Está atualmente na Comissão de Educação (CE)
PLS 124/2018 – Senado Autor: Senador Romero Jucá (PMDB/RR) Autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Educação Indígena. Determina que o Poder Executivo fica autorizado a instituir a Secretaria Especial de Educação Indígena, no âmbito do Ministério da Educação, para promover a educação indígena de maneira específica, diferenciada, intercultural, multilíngue e comunitária. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor.
PL 9748/2018 – Câmara dos Deputados Autor: Elizeu Dionizio – PSDB/MS		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Seguridade

Altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, e a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a inclusão das populações indígenas nos programas de combate às neoplasias uterinas, mamárias e prostáticas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

[Clique aqui](#)

Social e Família (CSSF).



4) TERRAS INDÍGENAS

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>VER PEC 215/2000 – Câmara dos Deputados</u> Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. AQUI.		
<u>VER PEC 132/2015 – Câmara dos Deputados</u> Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a áreas declaradas como indígenas e homologadas a partir de 5 de outubro de 2013. AQUI.	The logo of the Ministério Público Federal (MPF) is displayed, consisting of the letters 'MPF' in a large, bold, blue font, with the full name 'Ministério Público Federal' in a smaller, black font directly beneath it.	
<u>VER PEC 76/2011 – Senado</u> Altera os arts. 176 e 231 da Constituição Federal, para assegurar aos índios participação nos resultados do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. AQUI.		
<u>VER PEC 12/2016 - Senado</u> Possibilita a indenização dos detentores de títulos de domínio regularmente expedidos pelo Poder Público incidentes sobre terras indígenas e de remanescentes de quilombos. AQUI.		

<u>PL 490/2007 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Homero Pereira Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis. Clique aqui	<u>PL 1218/2007</u> Clique aqui Disciplina a demarcação das terras indígenas, nos termos estabelecidos pelo art. 231 da Constituição Federal. <u>PL 1606/2015</u> Clique aqui Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre as zonas mistas de ocupação rural. <u>PL 2302/2007</u> Clique aqui Dispõe sobre a demarcação das terras indígenas e altera o art. 19 da Lei nº 6.001, de 1973. <u>PL 2311/2007</u> Clique aqui Regulamenta a demarcação das terras indígenas, nos termos estabelecidos pelo art. 231, da Constituição Federal, e altera a Lei nº 6.001, de 1973. <u>PL 3896/2011</u> Clique aqui Altera a Lei nº 6.001, de 1973, para incluir § 4º no art. 62, dispondo sobre indenização de detentores de títulos. <u>PL 1003/2016</u> Clique aqui Trata das desocupações por desapropriações resultantes da demarcação de terras indígenas e quilombolas. <u>PL 5993/2009</u> Clique aqui Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. <u>PL 2479/2011</u> Clique aqui Submete ao Congresso Nacional a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. <u>PL 6818/2011</u> Clique aqui Dispõe sobre a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas.	Justificação – Inteiro teor 02/07/2008 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - - Aprovado o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Beto Faro. 05/08/2009 - Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) - Aprovado o Parecer. Atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
---	--	--

	PL 1218/2015 Clique aqui Regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal e o artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe sobre demarcações de terras indígenas. PL 1216/2015 Clique aqui "Regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal, dispõe sobre o procedimento de demarcação de terras indígena e revoga o Decreto nº 1.775/1996."	
PL 1610/1996 – Câmara dos Deputados Autor: Romero Jucá Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal. Clique aqui	PL 7301/2006 Clique aqui Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas. PL 5265/2009 Clique aqui Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas e dá outras providências. PL 3509/2015 Clique aqui Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, e dá outras providências. PL 5335/2016 Clique aqui Regulamenta a mineração nas Terras Indígenas do Povo Cinta Larga e dá outras providências. PL 7099/2006 Clique aqui Dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas.	Justificação – Inteiro teor 11/06/1997 - Comissão de Minas e Energia (CME) - Aprovação unânime do parecer 12/08/1999 - Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) - APROVAÇÃO DO PARECER FAVORÁVEL. 07/11/2007 – constituição de Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1610, de 1996. Ainda está na Comissão Especial.

<u>PLS 417/2011 - Senado</u> Autor: Paulo Bauer Altera o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, para estabelecer que a demarcação de terras indígenas somente será realizada após a realização de trabalhos técnicos que atestem o efetivo caráter indígena da comunidade interessada. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 09/10/2013- Aprovado parecer na SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Atualmente encontra-se na CAS - Comissão de Assuntos Sociais
<u>INC 2322/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Gorgen Sugere providências visando à revogação/anulação do despacho do Presidente da FUNAI no Processo FUNAI/BSB nº 08620.015148/2013-86, tendo em vista e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mato Castelhana - Fág Ty Ka, de ocupação do povo indígena Kaingang, localizada no município de Mato Castelhana. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 18/07/2016 - Primeira Secretaria (1SECM) - Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 3058/2016, o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.
<u>PL 7813/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jonathan de Jesus Dispõe sobre a avaliação e o aproveitamento de potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica		Justificação. Inteiro teor. 08/11/2017 - Comissão de Minas e Energia (CME) - Aprovado o Parecer com Complementação de Voto. Absteve-se de votar a Deputada Ana Perugini.

em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal, e sobre a implantação de sistemas de transmissão de energia elétrica em terras indígenas, associados ou não a empreendimento hidrelétrico localizado em terras indígenas.

[Clique aqui](#)

PL 9192/2017 – Câmara dos Deputados

Dispõe sobre a exploração das atividades de cassino em terras indígenas por grupos tribais ou comunidades indígenas.

[Clique aqui](#)

Atualmente está na **Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)**

Justificação. [Inteiro teor.](#)

Atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

MPF
Ministério Público Federal

5) MATÉRIAS QUILOMBOLAS - GERAL

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>VER PL 1518/2011 – Câmara dos Deputados</u> Dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados a educação indígena e quilombola. AQUI.		
<u>VER PL 4333/2016 – Câmara dos Deputados</u> Acrescenta incisos ao art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, o apoio às culturas indígenas, afro-brasileiras e de minorias e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, priorizando as tradicionais de origem local, raízes da cultura brasileira. AQUI.		
<u>PLS 113/2008 – Senado</u> Autor: Sen. Paulo Paim Autoriza o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades quilombolas do país. Clique aqui		Justificação – Inteiro teor 3/8/2010 - Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esportes (com Emendas). Atualmente está na CCJ

<u>PL 2853/2008 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Domingos Dutra Institui isenção do Imposto Territorial Rural para os imóveis rurais de propriedade de remanescentes de comunidades quilombolas. Clique aqui	<u>PL 1982/2011</u> Clique aqui Dispõe sobre a isenção do Imposto Territorial para as comunidades remanescentes de quilombos, e dá outras providências. <u>PL 4084/2012</u> Clique aqui Isenta as terras quilombolas do imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR	Justificação – Inteiro teor 5/8/2008 - Aprovado na CDH. Inteiro teor 15/2/2010 – Aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). Atualmente está na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
<u>INC 2249/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Alexandre Leite Solicito ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, a destinação de recursos financeiros para a aquisição de de veículo para transporte da Comunidade do Quilombola Caçandoca até as unidades de atendimento médico, do Município de Ubatuba, localizada no Estado de São Paulo. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Primeira Secretaria
<u>PL 5551/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Alfredo Nascimento "Institui o "Dia Nacional do Povo Mestiço", reconhecendo como grupo étnico-racial-cultural, na forma que especifica e dá outras providências". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 05/07/2016 na COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES)

PLS 482/2017– Senado

Dispõe que o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro de cada ano, passa a ser considerado feriado nacional. [AQUI](#).

Justificação. [Inteiro teor](#).

Atualmente está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.
(Desde 13/12/2017)



6) TERRAS QUILOMBOLAS

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>VER PEC 12/2016 - Senado</u> Possibilita a indenização dos detentores de títulos de domínio regularmente expedidos pelo Poder Público incidentes sobre terras indígenas e de remanescentes de quilombos. AQUI.		
<u>VER PEC 161/2007 – Câmara dos Deputados</u> Estabelece que a criação de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, a demarcação de terras indígenas e o reconhecimento das áreas remanescentes das comunidades dos quilombos deverão ser feitos por lei. AQUI.	MPF Ministério Público Federal	
<u>PL 1836/2011 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Valdir Colatto Regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, que reconhece aos remanescentes das comunidades de quilombos a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando. Clique aqui	MPF Ministério Público Federal	Justificação. Inteiro teor. 30/11/2011 – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Josias Gomes, apresentou voto em separado o Deputado Marcon. Parada (desde 13/02/2015 na CDHM)

7) PESCADOR ARTESANAL

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>PL 4414/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Marcelo Matos Institui o Fundo de Amparo ao Pescador (FAP) e cria a compensação ambiental por prejuízos à atividade pesqueira. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).
<u>PL 4673/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Afonso Motta Altera o art. 12 da Lei nº 8.212 e o art. 11 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o exercício de atividade remunerada, em período de entressafra ou defeso, por segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 18/5/2016 na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR)
<u>PL 6884/2010 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Fernando Marroni Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro		Justificação – inteiro teor. 28/10/2015 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Aprovado por Unanimidade o Parecer.

desemprego, em casos de ocorrência de condições climáticas ou meteorológicas desfavoráveis à atividade e que inviabilizem o período de safra da pesca, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal em águas interiores ou continentais.
[Clique aqui](#)

Atualmente está na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)



8) PDCs INDÍGENAS

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>PDC 1346/2008 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Homero Pereira Susta o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Clique aqui	<u>PDC 1259/2013</u> Clique aqui Susta o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.	Justificação – Inteiro teor 03/06/2009 – Aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) 25/11/2009 – Aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias Parada (desde 30/03/2015, na CCJ)
<u>PDC 2393/2010 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Luiz Carlos Haully Susta o decreto que "Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, e dá outras providências." Clique aqui	<u>PDC 2395/2010</u> Clique aqui Determina a revogação do Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, do Poder Executivo, por prejudicar a assistência e proteção à população indígena. <u>PDC 2603/2010</u> Clique aqui Revoga o Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que extinguiu sedes regionais da FUNAI em vários estados, entre os quais Pernambuco.	Justificação – Inteiro teor 11/05/2011 – Aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Atualmente está na CCJ Parada (desde 06/02/2015)

<u>PDC 2540/2006 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Mozarildo Cavalcanti Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na região do Rio Cotingo, em Roraima. Clique aqui	<u>PDC 2367/2006</u> Clique aqui Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados na Cachoeira do Tamanduá, na Região do rio Cotingo, em Roraima.	Justificação. Inteiro teor. 01/12/2010 – Aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) 15/06/2011 – Aprovado na Comissão de Minas e Energia (CME) Parada (dede 11/3/2015 na CCJ)
<u>PDC 348/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 29 de abril de 2016, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Piaçaguera, localizada no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo Clique aqui	<u>PDC 349/2016</u> Clique aqui Susta o "Decreto de 29 de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural que menciona, localizado no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina". <u>PDC 350/2016</u> Clique aqui Susta o "Decreto de 29 de abril de 2016, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Pequizal do Naruvôtu, localizada nos Municípios de Canarana e Gaúcha do Norte, Estado do Mato Grosso. <u>PDC 354/2016</u> Clique aqui Susta o "Decreto de 04 de abril de 2016, que Homologa a demarcação administrativa da terra indígena Cachoeira Seca, localizada nos Municípios de Altamira, Placas e Uruará, Estado do Pará.	Justificação – Inteiro teor. Parada (desde 02/08/2016 na Comissão de Direitos Humanos e Minorias)

<u>PDC 388/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Processo FUNAI/BSB nº 08620.015148/2013-86, aprovado pelo despacho do PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1.775/96, tendo em vista e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mato Castelhana - Fág Ty Ka, de ocupação do povo indígena Kaingang, localizada no município de Mato Castelhana, Estado do Rio Grande do Sul". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 13/06/2016 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 14/06/16 PÁG 70 COL 01. Inteiro teor)
<u>PDC 419/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Carlos Henrique Gaguin Susta a Portaria nº 566, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Justiça, que declara de posse permanente do grupo indígena Avá-Canoeiro do Araguaia a Terra Indígena TAEGO ÆWA, localizada no estado de Tocantins. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 12/07/2017 - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
<u>PDC 635/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Josué Bengtson		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento

Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apyterewa, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará Clique aqui		Rural (CAPADR)
<u>PDC 636/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Nilson Leitão Susta a aplicação do Decreto de 24 de abril de 2013, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Kayabi, localizada nos Municípios de Apiacás, no Estado de Mato Grosso, e Jacareacanga, no Estado do Pará. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
<u>PDC 713/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Nilto Tatto Susta a Portaria n.º 541, de 6 de junho de 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de formular propostas, medidas e estratégias que visem à integração social das comunidades indígenas e quilombolas. Clique aqui	<u>PDC 716/2017 – Câmara dos Deputados</u> Susta a Portaria n.º 541, de 6 de junho de 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de formular propostas, medidas e estratégias que visem à integração social das comunidades indígenas e quilombolas.	Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

<u>PDC 717/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Nilto Tatto Susta a Portaria n.º 546, de 12 de junho de 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de formular propostas, medidas e estratégias que visem à integração social das comunidades indígenas e quilombolas. Clique aqui	<u>PDC 726/2017</u> Clique aqui Susta a Portaria n.º 546, de 13 de julho de 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de formular propostas, medidas e estratégias que visem à integração social das comunidades indígenas e quilombolas.	Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
<u>PDC 796/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Aníbal Gomes Susta a Portaria n.º 734, de 31 de agosto de 2017, do Ministro de Estado da Justiça, “que declara de posse permanente do povo indígena Tapeba a TI Tapeba” Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)
<u>PDC 1260/2013 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Luiz Carlos Heinze Susta a Portaria n.º 498, de 25 de abril de 2011, do Ministro de Estado da Justiça, que definiu os limites da Terra Indígena PASSO GRANDE DO RIO FORQUILHA Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 06/11/2013 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Jesus Rodrigues. Parada (desde 30/03/2015 na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)

<u>PDC 1261/2013 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Luiz Carlos Heinze Susta a Portaria nº 3.895, de 23 de janeiro de 2004, do Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que declarou de posse permanente do grupo indígena Kaingang a Terra Indígena Rio dos Índios, localizada no município de Vicente Dutra, no estado do Rio Grande do Sul. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 21/05/2014 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parada (desde 30/03/2015 na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)
<u>PDC 1300/2013 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Nilson Leitão Susta a aplicação da Instrução Normativa nº 01/2012 da Fundação Nacional do Índio, publicada no Diário Oficial da União de 12/01/2012, que versa sobre novas prerrogativas desse órgão nos processos de licenciamento ambiental de terras indígenas e de seu entorno. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 25/08/2015 na COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES)
<u>PDC 381/1999 – Câmara dos Deputados</u> Autor: José Borba Dispõe sobre a Autorização do Uso de Terras Indígenas na Região de São Jerônimo da Serra, no Rio Tibagi, de acordo com o art. 231, § 3º da Constituição Federal. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 12/09/2000 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR, DEP LUCIANO PIZZATTO, COM SUBSTITUTIVO.

		28/11/2000 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - APROVAÇÃO DO PARECER DA RELATORA, DEP NAIR XAVIER LOBO Parada (desde 24/03/2015 no PLENÁRIO)
<u>PDC 712/2015 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Alceu Moreira Susta a Portaria nº 2.222, de 21 de setembro de 2012, do Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, que declara de posse permanente do grupo indígena Guarani Chiripá e Mbya a Terra Indígena Mato Preto, localizada nos municípios de Erebango, Erechim e Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 07/08/2013 -Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Marcon, Luci Choinacki e Anselmo de Jesus, apresentou voto em separado a Deputada Luci Choinacki. Parada (desde 10/02/2015 na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)

9) PDCs QUILOMBOLAS

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>PDC 2227/2009 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Luis Carlos Heinze Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, sem número, de 20 de novembro de 2009, que "declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo "Território Quilombola Comunidade Rincão dos Martimianos", situado no Município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul." Clique aqui		Justificação – Inteiro teor 17/08/2011 – Aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias 14/12/2011 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Josias Gomes e Jesus Rodrigues, apresentou voto em separado o Deputado Josias Gomes. Atualmente está na CCJ
<u>PDC 2228/2009 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Luis Carlos Heinze Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, sem número, de 20 de novembro de 2009, que "declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo "Território Quilombola Comunidade São Miguel", situado no Município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul." Clique aqui		Justificação – Inteiro teor 17/08/2011 – Aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. 30/05/2012 – Aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Jesus Rodrigues. Apresentou voto em separado o Deputado Jesus Rodrigues. Atualmente está na CCJ.

<u>PDC 240/2015 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Susta os efeitos da Portaria nº 531, de 5 de outubro de 2015, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - que "declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Mormaça", a área situada no Município de Sertão, Estado do Rio Grande do Sul." Clique aqui		Justificação – Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)
<u>PDC 355/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Monge Belo, localizados nos Municípios de Anajatuba e Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 27/06/2017 - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
<u>PDC 360/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Gurupá, localizados no Município de Cachoeira do Arari, Estado do Pará. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)

<u>PDC 366/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Macambira, localizados nos Municípios de Santana do Matos, Lagoa Nova e Bodó, Estado do Rio Grande do Norte Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 29/6/2016 na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)
<u>PDC 382/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Caraibas, localizados nos Municípios de Canhoba, Amparo do São Francisco, Aquidabã, Cedro de São João e Telha, Estado de Sergipe" Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (Desde 29/06/2016 na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA)
<u>VER PDC 713/2017 – Câmara dos Deputados</u> Susta a Portaria n.º 541, de 6 de junho de 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de formular propostas, medidas e estratégias que visem à integração social das comunidades indígenas e quilombolas. AQUI.		

VER PDC 717/2017 – Câmara dos Deputados

Susta a Portaria n.º 546, de 12 de junho de 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública que instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de formular propostas, medidas e estratégias que visem à integração social das comunidades indígenas e quilombolas. [AQUI](#).

PDC 758/2017 – Câmara dos Deputados

Susta o Parecer n.º GMF-05, que aprovou o Parecer n.º 001/2017/GAB/CGU/AGU, de 20 de julho de 2017, Processo: 00400.002203/2016-01, que determina que as "salvaguardas institucionais às terras indígenas", nos termos definidos pelo Supremo Tribunal Federal na PET 3.388/RR devem ser observadas por toda Administração Pública direta e indireta. [AQUI](#).

Justificação. [Inteiro teor](#).

Atualmente está na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)
(desde 14/9/2017)



10) OUTROS PDCS

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>PDC 356/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Tingui, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na CCJC.
<u>PDC 357/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Macacos, Boi Preto, Pereiros, Pimenta e Logradouro, situado no Município de Sousa, Estado da Paraíba". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 28/06/2017 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Atualmente está na CCJC
		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

<u>PDC 358/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Trapiá/Sítio Trapiá, situado nos Municípios de Canindé e Itatira, Estado do Ceará Clique aqui		
<u>PDC 359/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Curitiba, situado no Município de Iramaia, Estado da Bahia Clique aqui		Justificação – Inteiro teor. Parada (desde 3/8/2016 na CAPADR)
<u>PDC 361/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda São João, situado no Município de Nova Alvorada do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

<u>PDC 362/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Complexo Nascimento, situado no Município de Japoatã, Estado de Sergipe. Clique aqui		Inteiro teor. Justificação. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
<u>PDC 363/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Lagoa dos Bois/Tunisia, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
<u>PDC 364/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Marfim e Maratoan, situado no Município de Lago Verde, Estado do Maranhão". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 22/11/2017 - Aprovado por Unanimidade o Parecer na CINDRA (Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia) Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

<u>PDC 365/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Areia Branca/Futuro, situado no Município de Açú, Estado do Rio Grande do Norte". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 13/06/2017 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Ronaldo Martins e Heitor Schuch. Atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
<u>PDC 367/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Bela Vista, situado no Município de Jacundá, Estado do Pará". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 09/08/2017 - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).
<u>PDC 368/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Conceição ou Impertinente, situado no Município de Fazenda Nova, Estado de Goiás". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 24/05/2017 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

<u>PDC 369/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Vera Cruz/Primavera, situado no Município de Carmolândia, Estado de Tocantins". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 17/05/2017 - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
<u>PDC 370/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Caldeirão, Data São Gonçalo, situado no Município de Chapadinha, Estado do Maranhão". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 27/06/2017 - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
<u>PDC 371/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Conjunto Serro Azul, situado no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) -

<u>PDC 372/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Ambrósio ou Moreira, situado no Município de Unaí, Estado de Minas Gerais". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
<u>PDC 373/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Malhadinha, situado nos Municípios de Flores de Goiás e de Vila Boa, Estado de Goiás". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 30/08/2017 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Zé Silva, Heitor Schuch e Marcon, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel. Está atualmente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
<u>PDC 374/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Lagoa da Vaca, situado nos Municípios de Manari e Inajá, Estado de Pernambuco, e Mata Grande, Estado de Alagoas". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 06/07/2016 na CAPADR)

<u>PDC 375/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Riacho do Mato, situado no Município de São João D'Aliança, Estado de Goiás". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 26/10/2016 na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural)
<u>PDC 376/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Barra, situado no Município de Adustina, Estado da Bahia". Clique aqui		Justificação. Clique aqui. Está atualmente na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).
<u>PDC 377/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Prudentina, situado no Município de Laranjal, Estado do Paraná". Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 23/08/2017 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Valmir Assunção e João Daniel. Atualmente está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC

<u>PDC 378/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Jerônimo Goergen Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Padre Cicero/Conquista, situado no Município de Açailândia, Estado do Maranhão. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 27/06/2017 - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
<u>PDC 118/2015 - Câmara dos Deputados</u> Autor: Adilton Sachetti Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, mediante realização prévia dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, dos projetos de engenharia e dos demais Estudos Ambientais, na hidrovia do Rio Paraguai, localizada no trecho da foz rio Apa, no Estado do Mato Grosso do Sul, até a cidade de Cáceres, no Estado do Mato Grosso. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 05/08/2015 - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. 25/11/2015 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - Aprovado o Parecer, contra os votos dos Deputados Nilto Tatto, Ricardo Tripoli e Sarney Filho. 23/08/2016 - Comissão de Minas e Energia (CME) - Aprovado por unanimidade o Parecer. Encontra-se submetido ao Plenário.

<u>PDC 119/2015- Câmara dos Deputados</u> Autor: Adilton Sachetti Autoriza, nos termo do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, mediante realização prévia dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, dos projetos de engenharia e dos demais Estudos Ambientais, na hidrovia do Rio Tapajós, localizada no trecho da sua foz, no rio Amazonas, no Estado do Pará, até à confluência dos rios Juruena e Teles Pires, na divisa dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, na hidrovia do Rio Teles Pires, localizada entre a confluência com o rio Juruena, no Estado do Pará, até à foz do rio Verde, no município de Sinop, no Estado do Mato Grosso e na hidrovia do Rio Juruena, localizada entre a confluência com o rio Teles Pires, no Estado do Pará, até o município de Juína, no Estado do Mato Grosso. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 26/08/2015 - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. 18/11/2015 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - Aprovado o Parecer, contra os votos dos Deputados Sarney Filho, Nilto Tatto, Daniel Coelho e Ricardo Tripoli. 06/07/2016 - Comissão de Minas e Energia (CME) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Encontra-se à apreciação do Plenário.
<u>PDC 120/2015 - Câmara dos Deputados</u> Autor: Adilton Sachetti Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, mediante realização prévia dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, dos projetos de engenharia e dos demais Estudos Ambientais, na hidrovia do Rio Tocantins,		Justificação. Inteiro teor. 26/08/2015- Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. 16/12/2015 - Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - Aprovado, por unanimidade, o Parecer.

localizada no trecho da sua foz, no Estado do Pará, até o Lago da Barragem de Serra da Mesa, na confluência com o rio Tocantizinho, no Estado de Goiás, na hidrovia do Rio Araguaia, localizada no trecho da sua foz, no rio Tocantins, no Estado do Pará, até a foz do ribeirão Guariroba, no Estado de Goiás e na hidrovia do Rio das Mortes, localizada na foz do rio Araguaia, no Estado do Mato Grosso, até Nova Xavantina, no Estado do Mato Grosso. Clique aqui		23/08/2016 - Comissão de Minas e Energia (CME) - Aprovado por unanimidade o Parecer. Aguardando a apreciação do Plenário
<u>PDC 1465/2014 - Câmara dos Deputados</u> Autor: Nilson Leitão Susta a aplicação da Portaria Interministerial nº 419/2011 dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2011, que versa sobre a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, envolvidos no licenciamento ambiental, tendo em vista a extrapolação de competência. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 04/02/2015 na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)
<u>PDC 840/2017 – Câmara dos Deputados</u> Susta o Decreto nº 9.186, de 1º de novembro de 2017 que dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Clique aqui		Justificativa. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

11) RESERVAS EXTRATIVISTAS

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>PLS 206/2007 - Senado</u> Autor: Sen. Valdir Raupp Exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. Clique aqui		Justificação – Inteiro teor Está na CAE Parada (desde 4/8/2015)



12) AÇÕES AFIRMATIVAS E PROTETIVAS

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
PL 1292/1995 – Câmara dos Deputados Autor: Lauro Campos Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Clique aqui	PL 5027/2016 Clique aqui Estabelece ações afirmativas para inserção de negros nas empresas participantes de licitação. PL 7053/2014 Clique aqui Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir como critério de desempate nas licitações a participação em programa de equidade de gênero e raça e para incluir entre os requisitos de habilitação nas licitações a comprovação de que a empresa licitante não tenha praticado atos de discriminação motivados por origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras razões. PL 4916/2012 Clique aqui Altera o art. 3º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, para incluir o inciso V no § 2º, e o § 14, a fim de assegurar preferência às empresas que tenham programas pró-equidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e/ou raça/etnia, bem como projetos de inserção de idosos e idosas no mercado de trabalho como critério de desempate no processo licitatório.	Justificação. Inteiro teor. 12/11/2003 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Vanessa Grazziotin, Paulo Rocha, Lúcia Braga, Dra. Clair e Tarcisio Zimmermann 10/11/2004 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto Atualmente está na CCJC.
VER PEC 33/2016 - Senado Altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 101 e 102 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para dispor sobre o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. AQUI.		

<u>VER PLS 119/2015</u> Altera o Estatuto do Índio para estabelecer o dever da União, dos Estados e dos municípios e das autoridades responsáveis pela política indigenista de assegurar a dignidade da pessoa humana e os procedimentos com vistas a garantir o direito à vida, à saúde e à integridade física e psíquica das crianças, dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos indígenas, com prevalência sobre o respeito e o fomento às práticas tradicionais indígenas. AQUI.		
<u>PLP 00221/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Laura Carneiro Inclui como objetivo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a aplicação de recursos na superação das desigualdades raciais. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 14/12/2016- Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) - Aprovado o Parecer. Atualmente está na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
<u>PLS 238/2017 – Senado</u> Autor: CDH Altera a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para punir os crimes resultantes de discriminação ou preconceito em razão de procedência regional ou identidade cultural Tipifica como crime a discriminação em razão de pertencimento ou proveniência de determinada região geográfica, unidade federativa, comunidade tradicional ou identidade cultural. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na CCJ.

<u>PLS 331/2017 – Senado</u> Autor: Rose de Freitas Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que 50% dos recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte
<u>PL 8909/2017 – Câmara dos Deputados</u> Altera a Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010, que "institui o Estatuto da Igualdade Racial", para estabelecer regras para assegurar a inclusão da população negra nos concursos públicos da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)
<u>PLS 403/2017 - Senado</u> Institui o Programa de Restauração de Áreas Degradadas na Amazônia, que estabelece incentivos para a restauração ambiental de áreas degradadas ou em vias de degradação na Amazônia Legal. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na CAE.
<u>PL 9542/2018 – Câmara dos Deputados</u> Aumenta a pena dos crimes de discriminação ou		Justificação. Inteiro teor. Na COORDENAÇÃO DE COMISSÕES

preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (xenofobia), e de injúria racial.

[Clique aqui](#)

PERMANENTES (em 26/2/2018)



13) MEIO AMBIENTE

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>PLS 165/2016 – Senado</u> Autor: José Serra Faculta ao órgão ambiental licenciador, nos crimes contra o meio ambiente, celebrar Termo de Compromisso de Cessação – TCC com os agentes responsáveis, pessoas físicas ou jurídicas, que estabelecerá prazos razoáveis e metas progressivas para fazer cessar a infração ambiental constatada; o TCC contemplará cláusula de reparação do dano ambiental, ou, comprovada a impossibilidade de fazê-lo, estipulará composição ambiental substitutiva. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na CCJ.
<u>PL 5450/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Francisco Chapadinha Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região de Alter do Chão - FUNALTER, no Estado do Pará, e dá outras providências Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 20/09/2017 - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) - Aprovado por Unanimidade o Parecer.

<u>PL 5674/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Marcio Alvino Dispõe sobre isenção do Imposto Territorial Rural - ITR para imóvel rural com manancial devidamente preservado, quando houver restrição para uso do solo em outras atividades, observada a legislação ambiental. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 07/12/2016 -issão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. Atualmente está na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)
<u>PL 6905/2010 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Carlos Melles Cria o Monumento Natural do Rio Samburá, que passa a compor o mosaico de unidades de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Clique aqui <u>PLC 52/2017 – Senado</u> Declara Monumento Natural do Rio Samburá a área localizada no Estado de Minas Gerais, abrangendo a sub-bacia hidrográfica do Rio Samburá , a qual corresponde à nascente geográfica do Rio São Francisco, conforme estudos realizados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 07/06/2017 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovada a Redação Final. 13/06/2017 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 114/17/PS-GSE. Inteiro teor. O PLC 52/2017 atualmente está na Comissão de Meio Ambiente do Senado.

<u>PL 147/2010 – Senado</u> Autor: Carlos Melles Cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, localizada no Estado de Minas Gerais, abrangendo as áreas suprimidas dos limites originais do Parque Nacional da Serra da Canastra, constantes do levantamento realizado em maio de 2007. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 15/4/2015 na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos)
<u>PL 1448/2007 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Carlos Melles Altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, que passa a compor o mosaico de unidades de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. <u>PLC 148/2010 – Senado</u> Autor: Carlos Melles Altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais, para defini-los com base nos limites originais disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, sendo suprimidas as Áreas constantes do levantamento realizado em maio de 2007. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 29/10/2008 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - Aprovado o Parecer. 14/07/2010 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovada a Redação Final por Unanimidade. Enviado para o Senado Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 15/4/2015 na CAE)

<u>PL 2334/2015- Câmara dos Deputados</u> Autor: João Marcelo Sousa Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio da Palmeira do Babaçu (<i>Orbignya martiana</i>) e dá outras providências Clique aqui	<u>PL 3567/2015. Clique aqui</u> Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio das Palmeiras do Açaí, da Juçara e das demais espécies de interesse econômico integrantes da família das palmáceas.	Justificação. Inteiro teor. 22/11/2017 - Aprovado por Unanimidade o Parecer. (CAPADR) Atualmente está na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)
<u>PL 1562/2015 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Celso Jacob Disciplina o trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos. Clique aqui <u>PLC 74/2017 – Senado</u> Assegura o livre trânsito em bens de propriedade privada para acesso a sítios naturais públicos de grande beleza cênica ou interesse para a visitação pública. Prevê hipóteses de pagamento para uso dos bens; de dispensa do acompanhamento de guia turístico; e de condicionamento à contratação de seguro. Clique aqui		PL 1562/2015 – Aprovado na Câmara PLC 74/2017 Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na CMA - Comissão de Meio Ambiente.
<u>PL 159/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Telmário Mota Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na CMA - Comissão de Meio Ambiente.

dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente. Clique aqui		
<u>PLS 160/2017 – Senado</u> Autor: Elmano Férrer Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação federais. Clique aqui	MPF Ministério Público Federal	Justificação. Inteiro teor. 22/08/2017 - CMA - Comissão de Meio Ambiente - APROVADO PARECER NA COMISSÃO - Na 15ª reunião, realizada nesta data, a comissão aprova o relatório do senador Davi Alcolumbre que passa a constituir o parecer da CMA favorável ao projeto com as emendas nº 1 e 2-CMA. Atualmente está na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos
<u>PLP 52/2007 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Marcio França Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, altera os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para destinar parcela específica dos recursos aos Municípios que possuam Unidades de Conservação ou mananciais de abastecimento público. Clique aqui	<u>PLP 400/2017</u> Clique aqui Modifica os coeficientes individuais de participação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a fim de incentivar a preservação de florestas e matas naturais na área municipal.	Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

<u>PLP 424/2017</u> – Câmara dos Deputados Autor: Dagoberto Nogueira Altera a Lei complementar 124, de 3 de janeiro de 2007, que institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA; altera a Medida Provisória no 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 67, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências, para alterar sua área de abrangência e renomeá-la para Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e do Pantanal - SUDAMP. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)
<u>PL 3226/2008</u> – Câmara dos Deputados Autor: Papaleo Paes Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 9/11/2008 - Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. 15/07/2009 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - Aprovado por Unanimidade o Parecer. 17/03/2010 - Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) - Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Eduardo

		Valverde, que apresentou voto em separado em 9/12/2009. Parada (desde 12/09/2016 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania)
<u>PL 8671/2017 – Câmara dos Deputados</u> Exige a realização de consulta pública para a redução ou extinção de uma unidade de conservação. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)
<u>PL 8672/2017 – Câmara dos Deputados</u> Dispõe sobre o limite máximo de desmatamento da Floresta Amazônica. Clique aqui	MPF Ministério Público Federal	Justificação. Inteiro teor. Atualmente está na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)
<u>PL 3729/2004 – Câmara dos Deputados</u> Autores: Luciano Zica e Outros Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. CAPADR - Em 4/05/2014 foi aprovado por unanimidade o Parecer CMADS - Em 14/10/2015 foi provado por unanimidade o Parecer, nos termos da Complementação de Voto (Rel. Ricardo Tripoli). Atualmente encontra-se em discussão na



14) TERRENOS DE MARINHA

PROJETOS PRINCIPAIS	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>INC 2367/2016 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Joaquin Passarinho Sugere a suspensão de novas demarcações dos terrenos de marinha durante a discussão da PEC 39/2011 que revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. 8/08/2016 - Primeira Secretaria (1SECM) - Remessa por meio do Ofício 1ªSec/RI/E nº 3245/2016, ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

15) PATRIMÔNIO GENÉTICO

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>PL 2644/2015 – Câmara dos Deputados</u> Autor: Poder Executivo Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Instituto Nacional de Saúde Indígena. Clique aqui		Justificação. Inteiro teor. Parada (desde 10/08/2016 na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público)

MPF
Ministério Público Federal

16) QUESTÕES PROCESSUAIS

PROJETO PRINCIPAL	APENSOS	INFORMAÇÕES
<u>PL 7594/2017 – Câmara dos Deputados</u> Autor: João Daniel Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar hediondo o crime de homicídio, lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticadas contra Agricultoras e Agricultores Familiares, Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, Indígenas, Quilombolas e outras pessoas pertencentes Comunidades Tradicionais. Clique aqui	The logo of the Ministério Público Federal (MPF) is displayed in the center of the table. It consists of the letters 'MPF' in a large, bold, blue font, with the words 'Ministério Público Federal' in a smaller, black font directly below them.	Justificação. Inteiro teor. Está atualmente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
<u>VER PL 8045/2010 - Câmara dos Deputados</u> Revoga o Decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os Decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965, 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006. AQUI.		

17) ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS

PROJETO	APENSO	INFORMAÇÕES
PL 2057/1991 - Câmara dos Deputados Autores: Aloizio Mercadante, Fábio Feldmann, José Carlos Saboia e outros Clique aqui	PL 2160/1991 clique aqui PL 2619/1992 clique aqui PL 4916/190 clique aqui PL 222/1991 clique aqui PL 692/1991 clique aqui PL 738/1991 clique aqui PL 1561/1989 clique aqui PL 1700/1989 clique aqui PL 1826/1989 clique aqui PL 2193/1989 clique aqui PL 2935/1989 clique aqui PL 4563/1989 clique aqui PL 3061/1992 clique aqui PL 5742/1990 clique aqui PL 5764/1990 clique aqui PL 5442/2009 clique aqui	Justificação: inteiro teor
PL 2160/1991 – Câmara dos Deputados Autor: Poder Executivo Clique aqui	PL 2057/1991 clique aqui	Justificação: inteiro teor
PL 2619/1992 – Câmara dos Deputados Autor: Clique aqui	PL 2057/1991 clique aqui	Justificação: inteiro teor
PLS 169/2017 – Senado Autor: Telmário Mota Clique aqui		Justificação: inteiro teor 26/04/2017 – último local – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

18) ESTATUTO DO CIGANO

PROJETO	APENSOS	INFORMAÇÃO
PLS 248/2015 Autor: Paulo Paim Clique aqui:		Justificação: Inteiro teor 16/10/2017 - pronta para a pauta na comissão

